NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 18/Ago

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2395/2020

RIO DE JANEIRO

Greve dos Vigilantes é suspensa e categoria aguarda julgamento do dissídio coletivo

Após 29 dias de greve, os vigilantes do Estado do Rio de Janeiro decidiram suspender a greve e aguardar o julgamento do Dissídio Coletivo de Greve pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). E para marcar o fim da greve, a categoria realizou manifestações na Avenida Ernani do Amaral Peixoto, principal corredor financeiro de Niterói.

O movimento, que reuniu mais de 100 trabalhadores, foi encabeçado pelo Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Regiões (SVNIT), e contou com o apoio e participação do sindicato da categoria do município do Rio de Janeiro.

"A suspensão da greve não quer dizer que vamos abandonar a luta. Vamos seguir cobrando o que entendemos ser direito do trabalhador. Não vamos aceitar qualquer corte de direitos. Somos seres humanos, não somos escravos", explicou Cláudio Vigilante, presidente do SVNIT.

A categoria está enfrentando uma dura campanha salarial. A categoria com a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) suspensa há seis meses. Direitos garantidos, como o vale alimentação, reciclagem do trabalhador e recebimento horas extras a 100%, dentre outros, podem ser perdidos de acordo com os interesses dos empresários.

"O patrão não fez nenhuma proposta para resolver esse impasse. A categoria teve que continuar trabalhando mesmo durante a pandemia, mas estamos sem direitos, pois a nossa CCT não foi assinada. Essa é uma demonstração clara da falta de respeito dos empresários com os trabalhadores", destacou Antônio Carlos de Oliveira, presidente do Sindicato dos Vigilantes do Município do Rio de Janeiro (SindVigRio).

A proposta de reajuste salarial feita pelos vigilantes é de reposição da inflação mais 100% de ganho real. Como o índice da inflação, em março, era de 4%, os vigilantes pedem a reposição e mais 4% de reajuste real. Além disso, o vale alimentação teria um reajuste de R$ 7 (passando de R$ 22/dia para R$ 30/dia).

Já a contraproposta da classe patronal é de congelamento do vale alimentação e do piso salarial, além do encerramento do plano ambulatorial dos vigilantes.

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Niterói

PROSERVI: VIGILANTES COMEÇAM A SER CHAMADOS PARA O PAGAMENTO

O escritório Young, Dias, Lauxen & Lima Advogados Associados, que faz a assessoria jurídica do sindicato, começou a chamar os vigilantes com dinheiro a receber do processo contra a massa falida da empresa Proservi. Os beneficiados devem aguardar ser chamados por telefone, quando for liberado o seu alvará individual pelo juiz da respectiva vara da Justiça do Trabalho.

"Estamos muito felizes e satisfeitos em dar essa boa notícia para os vigilantes que tem a receber e que aguardavam ansiosamente por essa verba, num momento de grandes dificuldades para todos", disse o presidente Loreni Dias. "Nossa assessoria jurídica foi muito eficiente, mais uma vez, e apesar de todas as dificuldades, em meio a uma pandemia que afetou o judiciário também, conseguiu fazer andar esse processo".

Foi definido pelo juízo da massa falida que serão pagos 22% do valor de cada causa, para assegurar o pagamento de um número maior de demandantes.

Ao contrário das outras vezes, não haverá a liberação de todos os pagamentos em único lote, uma vez que são processos individuais, que tramitam em diferentes varas e com diferentes juízes, cada um com seu próprio ritmo.

Depois que o banco recebe o alvará da Justiça, leva cerca de dez dias, a partir da identificação do crédito pelo banco, para o escritório poder efetuar o pagamento aos trabalhadores.

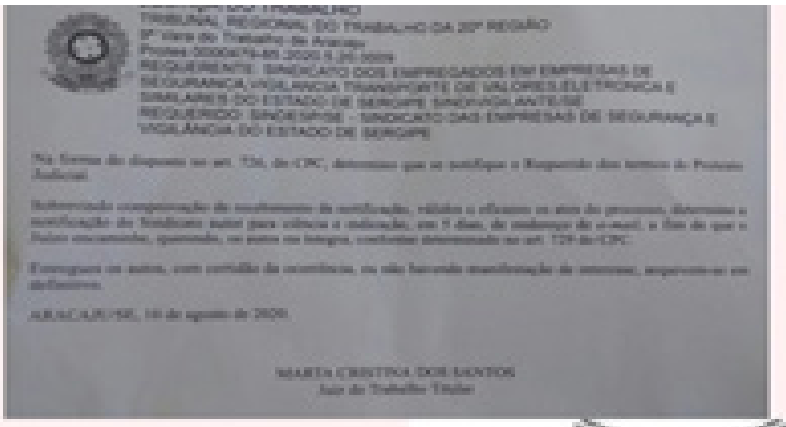
Mas tão logo os valores estejam disponíveis para o repasse, o escritório fará contato com os vigilantes beneficiados. Para mais informações, façam contato pelo Whatsapp do escritório: (51) 9-9581-5448

Parabéns vigilantes, contem sempre com o seu sindicato para defender seus direitos.

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

Sindivigilante Sergipe em ação:

ANDAMENTO DA CAMPANHA SALARIAL



O presidente do Sindivigilante Sergipe (sindicato dos trabalhadores em empresas de vigilância e segurança privadas de Sergipe) o Senhor Reginaldo Gonçalves, no uso das suas atribuições estatutárias informa que: “em relação a convenção coletiva de trabalho(CCT) 2020 dos trabalhadores em empresas de transportes de valores do estado de Sergipe,” como não houve avanços nas negociações devido a pandemia, o Sindivigilante Sergipe entrou com uma petição na justiça do trabalho, para garantir o direito a data base.

A magistrada titular da justiça do trabalho (Tribunal Regional do Trabalho da 20º Região), acatou o pedido do sindicato e notificou as partes interessadas(sindicato laboral e patronal) quanto a sua decisão favorável aos trabalhadores. Nesse caso assim que as negociações voltarem a acontecer, a data base da CCT(convenção coletiva de trabalho) dos vigilantes em transporte de valores será mantida.

Unidos Somos Fortes

FONTE: ASCOM/SINDIVIGILANTE SERGIPE

PAGAMENTO DE PROCESSO/ SENA-BB: MAIS DE 250.000 AINDA A ESPERA DE VIGILANTES EX-SENA/BB

Dos 103 vigilantes ex-Sena/Banco do Brasil que a direção do Sindicato chamou nesta semana para receber seus cheques, uma boa quantidade ainda não compareceu. Isto quer dizer que dos quase 500 mil reais deste processo, cerca de 250.000 ainda espera por seus donos no Sindicato.

A ação judicial vitoriosa do Sindicato buscou multa rescisória (atraso no pagamento da rescisão) e valores de alimentação e transporte não pagos pela Sena na época em que esta estava no contrato com o Banco do Brasil. A justiça deu razão ao Sindicato, condenou a empresa e o Banco e o este Banco conivente com caloteiro pagou.

Cada colega deste processo, que confiou no seu Sindicato, está recebendo, em média, quase 5.000 reais, livre e pronto para ser usufruído. Dinheiro extra, sem comprometimento em plena pandemia.

Isto mesmo: o seu Sindicato conseguindo arrancar dinheiro de caloteiro e fazendo chegar as mãos dos vigilantes, em plena pandemia, inclusive beneficiando alguns que estão desempregados.

Se ligue, veja se seu nome está na lista ou avise ao colega, se o conhece.

Não esquecer de levar ao Sindicato cópia do RG, CPF, prova de residência e CTPS (pagina da foto, verso e do contrato Sena).

O Sindicato espera por você.

Em razão da pandemia, ligue antes e agende a sua ida ao Sindicato (71 3525 6520 – 71 99617 9701 – Boaventura – 71 98814 0559 – Almir – 71 98814 0556 – Paulo Brito).

PROCESSO 572.2010.2ª SINDVIGILANTES/BA X SENA/BB

Lista disponível no site da entidade.

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

SERVIS/BANCO DO BRASIL VIGILANTES E ARMAS COM DEFEITO:

PEGA NA MENTIRA...

A empresa Servis respondeu ao Sindicato na semana passada dizendo que realizou a manutenção e troca de armas e munição defeituosas utilizadas pelos vigilantes da agencia centro do Banco do Brasil.

Desconfiados com a resposta realizamos uma Fiscalização Sindical na referida agencia nesta segunda-feira (17). Comprovamos a mentira da empresa, que não realizou nenhuma manutenção ou troca das armas e munições.

Diante disso acionaremos nesta terça-feira a Policia Federal e o Banco cobrando providencias.

A irresponsabilidade da empresa, agora soma-se a cara lavada para mentir. Coisa feia!

Para eles a segurança e a vida dos vigilantes que se dane. O que importa é o “resultado”, o “lucro”.

Pouca Vergonha.

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

Proposta do governo de pagar por hora vai reduzir salários e provocar demissões

Dupla Bolsonaro/ Guedes quer que empresas contratem até 50% dos trabalhadores ganhando por hora. Empresas podem demitir quem tem direito para contratar quem não terá e ainda pagar menos, avaliam economistas

O presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL) nunca escondeu que é antitrabalhador e totalmente a favor dos patrões. Ele já disse que é difícil ser empresário no Brasil, que ia aprofundar a reforma Trabalhista de Michel Temer (MDB), que mexeu em mais de 100 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e a toda hora apresenta uma nova proposta para precarizar ainda mais as relações de trabalho.

A mais nova investida do governo contra os trabalhadores e trabalhadoras, apresentada pelo ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, é mudar a forma de pagamento das empresas de mensal para 'por hora'. Eles querem autorizar as empresas de contratarem até 50% do seu quadro de trabalhadores ganhando por hora trabalhada, tendo como base o salário mínimo (R$ 1.045,00), em vez do salário mensal. Para isso, os empresários contratrariam por meio da Carteira Verde e Amarela, que toda semana surge no noticiário como meio do governo tirar mais um direito do trabalhador.

Se a proposta for aprovada, um dos primeiros impactos para os trabalhadores brasileiros, que recebem, em média, R$ 2.300,00 por mês, será a redução salarial, alerta a professora de economia da Unicamp, Marilane Teixeira.

De acordo com ela, no primeiro trimestre deste ano, antes da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), a média salarial de um homem branco era de R$ 2.654,00 e das mulheres brancas R$ 2.061,00. Os trabalhadores da raça negra receberam em média R$ 1.938,00 (homens) e R$ 1.520,00 (mulheres).

As horas trabalhadas semanais podem não chegar sequer ao valor do salário mínimo, diz a professora. Segundo ela, 11 milhões de pessoas trabalham em média 14 horas semanais. Outros 22,7 milhões variam de 15 a 39 horas, e a maioria, 44 milhões, trabalha de 40 a 44 horas por semana. Já o número de trabalhadores acima de 45 horas é de 19 milhões. O trabalhador que exerça atividade de segunda a sexta, durante oito horas poderá receber R$ 836,00 – valor R$ 209,00 abaixo do salário mínimo.

Marilane lembra que o trabalho intermitente, legalizado na reforma de Temer, também prevê o pagamento por hora trabalhada, mas o contrato não é contínuo e sem intervalos, e é exatamente a possibilidade da empresa contratar "para sempre" um trabalhador por hora que Guedes quer implementar agora, diz.

A desculpa do governo federal é a de sempre. Com menos direitos, as empresas contratariam mais, o que vai na contramão do que dizem economistas especializados no mundo do Trabalho e em Desenvolvimento Econômico e também da experiência brasileira recente. Temer e seus técnicos diziam que a reforma Trabalhista que entrou em vigor em 2017 geraria 6 milhões de empregos. Desde então, a única coisa que aumentou no Brasil foi o percentual de trabalhadores informais, que hoje está em 11 milhões.

"A reforma Trabalhista que legalizou o trabalho intermitente não promoveu a geração de empregos. Agora o governo quer abrir mais uma brecha nas regras que já estão flexibilizadas e impor aos trabalhadores a lógica empresarial, a de pagar pela hora trabalhada", diz Marilane, doutora em Desenvolvimento Econômico e especialista em Trabalho.

De acordo com ela, um lojista poderá contratar uma pessoa para trabalhar somente aos finais de semana ou em dias de maior movimento tendo como base o salário mínimo, sem se preocupar com o término do contrato.

A economista e professora do programa de mestrado em "Estado, Governo e Políticas Públicas" da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO /Brasil) Ana Luiza Matos de Oliveira concorda com Marilane e é categórica ao afirmar que essa proposta só vai tirar dinheiro da economia, já que com salários menores, o trabalhador não vai consumir.

"A proposta de Guedes é problemática e preocupante porque pode haver substituição de trabalhadores do regime formal pela CLT por contratos pelas novas regras, que terão salários menores e menos direitos", diz.

Para Ana Luiza, a nova flexibilização das leis trabalhistas coloca o ônus da crise econômica que o governo não consegue resolver nas costas do trabalhador.

"Esse trabalhador não terá como planejar a sua vida. Vai ficar pulando de emprego em emprego. E como a demanda, o consumo estão baixos com a atividade econômica reduzida, a proposta do governo só ajuda a precarizar as relações de trabalho e retirar dinheiro que circularia", afirma a economista, doutora em Desenvolvimento Econômico.

O conceito do governo é o de reduzir o valor do salário, mas ganhar em termos de arrecadação com o aumento da massa trabalhadora. Mas, em tempos de crise econômica, as empresas não vão contratar mais, avalia a professora de economia da Unicamp, Marilane Teixeira.

"O que pode acontecer é ela [a empresa] demitir quem recebe por mês e contratar um trabalhador para pagar por hora. Isto representa uma queda brutal em termos de renda, aumenta a insegurança do trabalhador e aí não tem consumo e a economia não gira", afirma.

Governo não quer que patrão pague 13º, férias e FGTS

A ideia da equipe econômica do governo era ainda pior: que os patrões não pagassem para os novos contratados, o 13º salário, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e as férias. Só não apresentaram essas propostas porque temem que o Congresso Nacional não aprove a Carteira Verde e Amarela, pois esses direitos estão previstos na Constituição. Ainda assim, os valores sobre férias, 13º e FGTS poderão ser calculados proporcionalmente com base nas horas trabalhadas. Uma perda ainda maior nos ganhos dos trabalhadores.

O governo não disse ainda como pretende incluir direitos como vale-transporte, vale-alimentação e planos de saúde, ou sequer, se os trabalhadores contratados sob o regime da Carteira Verde e Amarela terão esses direitos preservados.

Apesar de não ter detalhado como ficarão os demais direitos, o objetivo do governo é claro: a redução salarial porque ele não explica como ficará a situação dos trabalhadores que hoje estão protegidos por acordos coletivos de trabalho, argumenta Marilane Teixeira.

"Se pensarmos num metalúrgico, químico, bancário, eles estão protegidos por convenção coletiva, mas os contratados pela Carteira Verde e Amarela terão reconhecidos seus direitos da convenção coletiva? questiona Marilane, preocupada com a possibilidade da empresa demitir e contratar um novo trabalhador sem a proteção sindical.

Mudança de regime será progressiva

O projeto prevê uma implantação gradual: no primeiro ano, as empresas poderiam ter 10% dos empregados contratados pela Carteira Verde e Amarela. No ano seguinte, 20% e, no terceiro, 30%, até chegar aos 50%.

Paulo Guedes ainda tem mais uma "forcinha" às grandes empresas. A contratação por hora de até 50% do seu quadro poderá ser feita já no primeiro ano da Carteira Verde Amarela por empresas de saneamento básico. Com a privatização do setor , o governo espera que sejam feitas novas e grandes obras e neste caso, as empresas vencedoras num processo de licitação sairiam ganhando ao contratar um trabalhador praticamente sem direito algum.

Na contramão do mundo

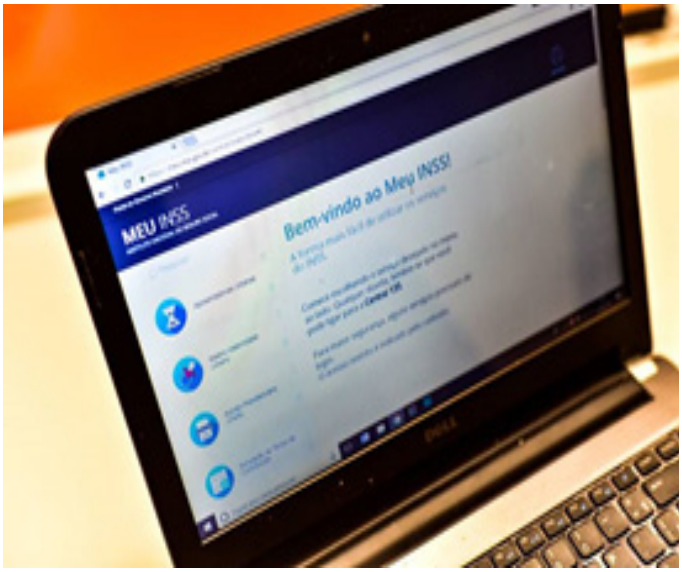
A economista Ana Luiza afirma que o Brasil vai na contramão do mundo. Hoje mesmo países de economia liberais como a Dinamarca e a Noruega, estão propondo menos horas de trabalho sem perda salarial, até porque a tecnologia nos faz produzir em menos tempo.

No Brasil as empresas vão demitir e recontratar com menos direitos. É um contrassenso nas sociedades desenvolvidas. O governo deveria promover o bem estar social e não ao contrário, pois o que é ruim vai piorar ainda mais- Ana Luiza Matos de Oliveira

Fonte: CUT

INSS: veja 12 perguntas e respostas sobre a prova de vida digital

Nesta primeira etapa, participarão do projeto-piloto cerca de 300 mil beneficiários de todo o país



HUGO BARRETO/METRÓPOLES

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) informou nesta segunda-feira (17/8) que vai iniciar nos próximos dias o projeto-piloto da prova de vida por biometria facial.

O projeto será iniciado oficialmente na próxima quinta-feira (20/8). Nesta primeira etapa, participarão cerca de 300 mil beneficiários de todo o país.

Os contatos com os segurados serão realizados pelo instituto por meio de mensagens enviadas pelo Meu INSS, Central 135 e e-mail.

Para realizar a biometria facial, o INSS usará a base de dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e do Tribunal Superior Eleitoral. Serão selecionados, portanto, segurados que tenham carteira de motorista e título de eleitor.

Na prática, a prova de vida é obrigatória para os segurados do INSS que recebem seu benefício por meio de conta corrente, conta poupança ou cartão magnético.

Anualmente, os segurados devem comprovar que estão vivos, como forma de dar mais segurança ao próprio cidadão e ao Estado brasileiro, evitando fraudes e pagamentos indevidos de benefícios.

Veja, a seguir, 12 perguntas e respostas sobre a prova de vida digital

- **Como será realizada a prova de vida por biometria?**

Com o uso do aplicativo do Governo Digital (acesse aqui) o segurado enviará uma foto e será feito o reconhecimento facial por meio de: 1) prova de vivacidade; e 2) prova de identidade. Após essas duas etapas, o aplicativo indica se aquela pessoa é de fato a pessoa do CPF informado no cadastramento.

A prova de vivacidade é efetuada da seguinte forma: o cidadão é orientado pelo aplicativo Meu gov.br a centralizar o rosto, virar o rosto para a direita, fechar os olhos, sorrir, virar novamente o rosto e fazer a captura da biometria através de foto. Seguindo esses passos, é possível confirmar a vivacidade do cidadão.

A prova de identidade é efetuada da seguinte maneira: caso a biometria do cidadão a ser validada seja do TSE, será necessário informar o número do título de eleitor e, caso a biometria seja do Denatran, será necessária a Data de Emissão da Carteira de Habilitação.

- **Todos os segurados terão que fazer a prova de vida por biometria?**

Nesta primeira etapa de testes, o projeto será feito com o cerca de 300 mil beneficiários de todo o país. O INSS entrará em contato por telefone, SMS e e-mail, convidado o beneficiário a participar do projeto.

- **Como o segurado pode ter certeza de que está sendo contatado pelo INSS?**

O número que enviará o SMS é o 280-41. Por isso é importante ficar atento. Qualquer mensagem sobre prova de vida que não tenha esse número deve ser desconsiderada, pois não foi enviada pelo INSS. Caso o cidadão que tenha sido notificado tenha alguma dúvida, ele poderá ligar no 135, o telefone oficial do INSS para ter mais informações.

- **A prova de vida presencial continua?**

Importante destacar que a prova de vida atualmente está suspensa e essa novo projeto visa dar mais comodidade e segurança ao cidadão, reduzindo a necessidade de deslocamentos para a realização do serviço. Caso o cidadão não tenha acesso à internet e um smartphone, a prova de vida seguirá sendo realizada nas agências bancárias.

- **A prova de vida digital do projeto-piloto terá validade ou será apenas um teste?**

Sim, a prova de vida terá validade e, após o beneficiário finalizar o processo, não precisará se deslocar até uma agência bancária, conforme é feito anualmente.

- **A partir de quando a prova de vida por biometria vai valer para todos os segurados?**

A partir dos resultados do piloto, o INSS, em conjunto com a Secretaria de Gestão Digital (SGD) e a Dataprev, avaliarão e farão aprimoramentos, para que o projeto possa ser expandido para todos os beneficiários.

- **O INSS vai disponibilizar para todos os beneficiários a prova de vida digital ainda este ano? Caso não, há previsão?**

Sim, a expectativa é que este serviço esteja disponível para todos os beneficiários ainda neste ano, mas dependerá dos resultados do projeto-piloto.

- **Quando a prova de vida digital for implementada, acabará a prova de vida presencial?**

Importante destacar que a prova de vida atualmente está suspensa e essa novo projeto visa dar mais comodidade e segurança ao cidadão, reduzindo a necessidade de deslocamentos para a realização do serviço. Caso o cidadão não tenha acesso à internet e um smartphone, a prova de vida seguirá sendo realizada nas agências bancárias.

- **Quando implementada para todos, como deve proceder para fazer a prova de vida anual o beneficiário que não tem acesso à internet?**

Caso o cidadão não tenha acesso à internet e um smartphone, a prova de vida seguirá sendo realizada nas agências bancárias. A prova de vida digital é uma alternativa importante e segura para que o beneficiário não precise se deslocar até uma agência bancária para realizar o procedimento anual.

- **A base de dados do governo federal usada para a prova de vida digital é grande o suficiente para fazer a prova de vida de todo os beneficiários?**

Para este piloto, o INSS trabalhará com a base de dado do Denatran e do TSE.

- **Existe um modelo de celular indicado para que possa fazer o reconhecimento facial?**

É necessário que o beneficiário possua um smartphone com câmera frontal, para que a biometria facial seja feita.

- **Por que foi necessário usar dois aplicativos para o procedimento da prova de vida?**

Os dois aplicativos de governo já existiam, então, a solução mais rápida para a população a ser beneficiada foi integrá-los e solucionar a questão do deslocamento de aposentados para a prova de vida. A previsão é que, a partir dessa experiência com a prova de vida, o Meu gov.br integre novos serviços de diversas áreas de governo.

FONTE: METROPOLES

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF